



# CAMPINA GRANDE

**PREFEITURA MUNICIPAL**



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA  
CENTRAL DE COMPRAS – CDC

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.14.01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 582/2026**

UASG 981981

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE - SESUMA  
CENTRAL DE COMPRAS – CDC

### **OBJETO**

O objeto da presente licitação é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (REFEIÇÕES, LANCHES E ÁGUA MINERAL), COMPREENDENDO REFEIÇÕES TIPO QUENTINHA (ALMOÇO E/OU JANTAR), LANCHES E ÁGUA MINERAL, DESTINADOS ÀS EQUIPES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA, QUE ATUARÃO NAS ATIVIDADES DE LIMPEZA URBANA, MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, FISCALIZAÇÃO E COLETA SELETIVA, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO “O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO 2026”, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 336.934,62 (trezentos e trinta e seis mil e novecentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 27/05/2026 ÀS 08H30, | [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

MENOR PREÇO POR LOTE E MENOR PREÇO POR ITEM ( ITEM 3).

### **MODO DE DISPUTA**

Aberto e fechado.

### **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim, no item 3.

**MAYARA ALÍGIA FERNANDES SILVA**  
*Pregoeira Oficial*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 605E-FB3B-1A26-7015

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAYARA ALÍCIA FERNANDES SILVA (CPF 064.XXX.XXX-66) em 12/05/2026 20:56:21 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/605E-FB3B-1A26-7015>



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9.14.01/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 582/2026

UASG 981981

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**, com Sede na Rua Vigolvinho Wanderley, 535 – Conceição, por meio da Central de Compras da Secretaria de Administração de Campina Grande, sediada na Rua Irineu Joffily, Nº 304 - Centro, Campina Grande - PB, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, utilizando critério de **MENOR PREÇO POR LOTE E ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do DECRETO Nº 4.751, DE 18 DE ABRIL DE 2023, Portaria de Penalidades SAD nº 254/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de empresa especializada para fornecimento de alimentação (refeições, lanches e água mineral), compreendendo refeições tipo quentinha (almoço e/ou jantar), lanches e água mineral, destinados às equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA, que atuarão nas atividades de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, fiscalização e coleta seletiva, durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”, no Município de Campina Grande – PB.**

1.2. A licitação será dividida da seguinte forma:

I – Lote 01: composto pelos itens 01 e 02, referentes ao fornecimento de refeições e lanches;

II – Item 03: destinado ao fornecimento de água mineral.

Faculta-se ao licitante a participação no lote e/ou item de seu interesse, observadas as exigências deste Edital e do Termo de Referência.

1.3 O valor total estimado para esta licitação é de R\$ 336.934,62 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS), conforme detalhamento constante da planilha orçamentária.

1.4 A presente contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o qual integra o processo administrativo e serviu de base para a definição da

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

solução adotada, especificações técnicas, quantitativos, estimativa de preços e condições de execução, vinculando-se este Edital e seus anexos às diretrizes nele estabelecidas.

1.5 A presente contratação caracteriza-se como contratação por escopo, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, tendo por objeto o fornecimento de refeições, lanches e água mineral destinados às equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”.

A vigência do contrato perdurará pelo período necessário à execução integral do objeto contratado, compreendendo o fornecimento dos itens durante o período de realização do evento e as providências administrativas necessárias ao encerramento da execução contratual.

Para fins de planejamento administrativo, estima-se que a execução do objeto ocorra entre os dias 03 de junho e 05 de julho de 2026, podendo a vigência estender-se pelo tempo necessário à conclusão das obrigações contratuais e à finalização dos procedimentos de fiscalização, recebimento e pagamento.

1.6 O fornecimento ocorrerá **de forma parcelada e sob demanda**, de acordo com a necessidade da Administração, não havendo obrigação de solicitação ou consumo integral dos quantitativos estimados.

## **2. DAPARTICIPACÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, fica reservada cota de até 25%



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

(vinte e cinco por cento) dos quantitativos dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme distribuição constante do Termo de Referência

25.1 Os itens destinados à cota principal (ampla concorrência) poderão ser disputados por quaisquer empresas que atendam às exigências do Edital, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte.

25.2 Os itens e lotes identificados como exclusivos destinam-se à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

25.3 Os demais itens e lotes observarão a forma de disputa definida no Termo de Referência.

25.4 Não havendo vencedor para a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, esta poderá ser adjudicada ao vencedor do item correspondente destinado à ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

27.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

27.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

27.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou responsável técnico, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

27.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

27.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

27.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

277. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

278. agente público do órgão ou entidade licitante;

279. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

27.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.10.1 deste Edital.

3.3. Nocadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos Lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

- 3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DOPREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

---

4.1. Olicitante preencherá a proposta no sistema eletrônico, nos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário dos itens que compõem o lote e valor total do lote;

4.1.1. Marcaquando aplicável;

4.1.2 Fabricante quando aplicável;

4.1.3 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

4.9. Os licitantes deverão observar os valores máximos estimados pela Administração para cada item e lote, conforme estabelecido no Termo de Referência e na planilha de preços que integra este Edital.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

---

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

521. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

522. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

523. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Os lances deverão ser ofertados:

I – pelo valor total do lote, para o lote 01;

II – pelo valor unitário do item, para o Item 04.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01(um centavo)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo como modo de disputa adotado “aberto e fechado”.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.132. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.133. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.134. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.135. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.141. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.142. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.143. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.144. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.145. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

- 5.146. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá como valor de sua proposta.
- 5.21. Em relação aos Lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

521.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

522.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

522.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

522.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

522.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

522.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

522.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

522.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

522.2.2. empresas brasileiras;

522.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

522.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

523.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

523.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

523.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

523.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

523.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.25. Após a utilização de todos os critérios de desempate estipulados no artigo 60 da Lei 14.133/21 e subitens anteriores, persistindo o empate, será realizado **SORTEIO** entre as licitantes, através da extração do prêmio da Loteria Federal.

5.25.1. Será considerada, para fins de desempate, a primeira extração da Loteria Federal que ocorrer após a definição do empate.

5.25.2. O sorteio levará em consideração os últimos dois números da extração do prêmio da Loteria Federal e os números referenciais do CNPJ das empresas empatadas, devendo ser observadas as seguintes regras:

5.25.3. As empresas empatadas receberão um número para participar da próxima extração do primeiro prêmio da Loteria Federal.

5.25.4. O dígito verificador do CNPJ de cada empresa será o número, preferencialmente, usado para identificar a empresa no sorteio, conforme exemplo.

XX.XXX.XXX/0001-XX

5.25.5. Se houver coincidência entre os dígitos verificadores das empresas, serão usados os dois

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

últimos dígitos da raiz do CNPJ, e assim por diante, conforme exemplo.

XXXXXX~~XX~~/0001-XX

5.25.6. A classificação será feita pela aproximação ao número sorteado, da seguinte forma:

5.25.7. Os primeiros da lista de classificação serão os números abaixo do sorteado considerados em ordem decrescente, do maior para o menor.

5.25.8. Complementam a lista de verificação os números acima do sorteado considerados em ordem crescente, do menor para o maior.

5.25.9. O vencedor será o número que estiver em primeiro na lista de classificação.

5.25.10. Os demais integrantes da lista de classificação assumirão os respectivos lugares e serão consideradas na ordem de preferência caso seja necessário.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

---

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>).

6.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d”, acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

631. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

632. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

671. contiver vícios insanáveis;

672. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

673. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

674. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

675. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

681. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

681.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

681.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

---

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital, desde que possível a comprovação de veracidade do documento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

Assinado por 1 pessoa: DORIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

7.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64\)](#):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

---



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nos sítios eletrônicos: [pregoes@campinagrande.pb.gov.br](mailto:pregoes@campinagrande.pb.gov.br) ou [cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br](mailto:cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br).

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 9.1. As sanções de que trata este Edital são aquelas descritas nos artigos 155 a 163, da LEI Nº. 14.133/2021, bem como na forma prevista na PORTARIA DE PENALIDADES SAD Nº 254/2024, a qual encontra-se acessível através do link [\[cdc.campinagrande.de\]](http://cdc.campinagrande.de).

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

---

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: [pregoes@campinagrande.pb.gov.br](mailto:pregoes@campinagrande.pb.gov.br) ou [cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br](mailto:cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

---

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. O licitante vencedor será convocado pela Administração para assinar o termo de contrato ou para





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE**

aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua convocação formal.

- 11.71 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que solicitado pelo licitante vencedor durante o transcurso do prazo inicial e acompanhado de justificativa devidamente aceita pela Administração.
- 11.72 Caso o convocado, de forma injustificada, deixe de assinar o contrato ou de aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/21.
- 11.73 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste edital e à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade licitante (art. 90, § 5º, Lei 14.133/21).
- 11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou através dos e-mails: [pregoes@campinagrande.pb.gov.br](mailto:pregoes@campinagrande.pb.gov.br) ou [cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br](mailto:cplpmcg@campinagrande.pb.gov.br).
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Planilha de Quantitativos e Preços
- 11.12.1.2. Apêndice do Anexo I – Modelo de Proposta de Preços
- 11.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Campina Grande/PB, data da assinatura eletrônica.

**Dorgival Harisson Trajano Rodrigues Vila**  
*Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente*







ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE  
SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA  
TERMO DE REFERÊNCIA

# ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

LOTE 01

Página 2



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE  
SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA  
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
03	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS DE 500 ML, DEVIDAMENTE LACRADAS DE FÁBRICA CONTENDO RÓTULO COM IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM, COMPOSIÇÃO FÍSICO-QUÍMICA, DATA DE ENVASE E PRAZO DE VALIDADE, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEIS.	445496	UND	46.926	R\$ 1,22	R\$ 57.249,72
VALOR TOTAL: R\$ 57.249,72 (CINQUENTA E SETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E DOIS CENTAVOS)						

- VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 336.934,62 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

1.2 Os produtos ofertados deverão atender às especificações descritas na planilha de quantitativos constante deste Termo de Referência, observando as mesmas características de qualidade técnica, desempenho e funcionalidade estabelecidas, podendo ser aceitos produtos de qualidade superior.

1.3 As referências do CATMAT que não estiverem totalmente vinculadas a descrição do produto, deverá ser considerado o descritivo constante na planilha de quantitativos.

1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e por permitirem descrição precisa e suficiente das especificações, condições de fornecimento e resultados esperados, conforme previsto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

O fornecimento de **refeições prontas, lanches e água mineral** possui características amplamente disponíveis no mercado, permitindo a definição clara de requisitos técnicos, padrões de qualidade, forma de acondicionamento, logística de entrega e demais condições necessárias à adequada execução contratual.

1.5 A presente contratação caracteriza-se como **contratação por escopo**, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, tendo por objeto o fornecimento de refeições, lanches e água mineral destinados às equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”.

A vigência do contrato perdurará **pelo período necessário à execução integral do objeto contratado**, compreendendo o fornecimento dos itens durante o período de realização do evento e as providências administrativas necessárias ao encerramento da execução contratual.

Para fins de planejamento administrativo, estima-se que a execução do objeto ocorra **entre os dias 03 de junho e 05 de julho de 2026**, podendo a vigência estender-se pelo tempo necessário à conclusão das obrigações contratuais e finalização dos procedimentos de fiscalização, recebimento e pagamento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

A definição da vigência por escopo mostra-se adequada à natureza temporária e específica da demanda, vinculada à realização do evento, não sendo recomendável a fixação de prazo contratual rígido dissociado da efetiva execução do objeto.

1.5.1 O objeto caracteriza-se como fornecimento eventual destinado ao atendimento de demanda específica da SESUMA durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”, período em que será necessário assegurar o fornecimento regular de refeições, lanches e água mineral às equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA, responsáveis pelas atividades de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, fiscalização e coleta seletiva.

1.6 O contrato oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis à execução do objeto, especialmente quanto às condições de fornecimento, prazos de entrega, fiscalização, obrigações das partes e demais disposições necessárias à adequada execução da contratação.

1.7 Integra o presente Termo de Referência, como **Anexo I**, o documento de **Gerenciamento de Riscos da contratação**, elaborado em conformidade com o art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, contendo a identificação, análise, classificação, estratégias de mitigação e a matriz de riscos aplicáveis à execução do objeto.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar elaborado pela Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA, o qual integra o Processo Administrativo nº 582/2026 e contém a análise detalhada da necessidade, das alternativas de solução, da estimativa de quantitativos e da justificativa da contratação, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

O referido evento constitui uma das maiores manifestações culturais do país, reunindo grande fluxo de visitantes demandando intensa atuação da Administração Pública na manutenção da infraestrutura urbana, limpeza de espaços públicos, organização das áreas de circulação, fiscalização das atividades comerciais e apoio às ações de coleta seletiva.

Nesse contexto, a SESUMA desempenha papel fundamental na execução e fiscalização de serviços essenciais, tais como **limpeza urbana, manutenção de vias públicas, fiscalização de posturas e ações de coleta seletiva**, os quais exigem mobilização ampliada de equipes operacionais durante todo o período festivo.

Para atender à demanda operacional decorrente do evento, estima-se a atuação diária de aproximadamente **438 (quatrocentos e trinta e oito) trabalhadores**, incluindo servidores, equipes operacionais, fiscais e agentes envolvidos nas ações de limpeza urbana, manutenção e coleta seletiva.

Considerando que essas atividades são realizadas, em grande parte, **em campo e sob jornadas prolongadas de trabalho**, torna-se indispensável assegurar o fornecimento adequado de **refeições, lanches e água mineral**, de modo a garantir condições adequadas de trabalho, saúde e bem-estar aos profissionais envolvidos.

A disponibilização de alimentação durante a jornada de trabalho contribui diretamente para:

- manutenção da produtividade das equipes;
- redução de deslocamentos durante o expediente;

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO ALVARO HENRIQUE RIBEIRO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.toboco.com.br/verificacao/9896748CD983B919165B> e informe o código: 72386-7483D-920AP-95AB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

- melhoria das condições de trabalho;
- continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação mostra-se medida necessária para garantir o adequado suporte operacional às equipes da SESUMA durante a realização do evento, contribuindo para a organização urbana, limpeza dos espaços públicos e manutenção da qualidade dos serviços prestados à população e aos visitantes.

Portanto, a presente contratação visa assegurar a **regularidade, qualidade e pontualidade no fornecimento de alimentação**, atendendo às necessidades operacionais da Administração durante o período de realização do **São João 2026**, garantindo condições adequadas para a execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria.

**2.2** A previsão orçamentária para a contratação do objeto está consignada no Orçamento Anual do Município de Campina Grande, garantindo a viabilidade da contratação e a adequada utilização dos recursos públicos, em conformidade com a legislação orçamentária vigente e com as normas municipais aplicáveis ao planejamento das contratações públicas.

**2.3 Memória de cálculo dos quantitativos**

A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base no dimensionamento das equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA que atuarão durante o evento “O Maior São João do Mundo 2026”, considerando a estrutura organizacional e a distribuição das atividades por setores.

O planejamento operacional prevê a mobilização diária de aproximadamente 438 (quatrocentos e trinta e oito) trabalhadores, distribuídos entre os seguintes setores:

- Departamento de Limpeza Urbana (DELUR)
- Departamento de Manutenção e Serviços (DEMAN)
- Departamento de Fiscalização de Posturas (DFIS)
- Programa Recicla São João

Considerando o período de realização do evento, estimado em 33 (trinta e três) dias, foram definidos os seguintes quantitativos:

**Refeições (almoço/jantar)**

- DELUR: 254 refeições/dia × 33 dias = **8.382 refeições**
  - DEMAN: 6 refeições/dia × 33 dias = **198 refeições**
  - DFIS: 36 refeições/dia × 33 dias = **1.188 refeições**
  - Recicla São João: 76 refeições/dia × 33 dias = **2.508 refeições** **Total de refeições: 12.276 unidades**
- Lanches**

- DELUR: 15 lanches/dia × 33 dias = **495 lanches**
- DEMAN: 4 lanches/dia × 33 dias = **132 lanches**
- DFIS: 50 lanches/dia × 33 dias = **1.650 lanches** **Total de lanches: 2.277 unidades**

Assinado por 1 pessoa: ANURRHXALORR15ISG0JUSA JAMBEIB00RIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.pb.gov.br/verificacao/93986745CD981B3965B> e informe o código 7C33E743D92049-B04E



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

### **Água mineral**

Será assegurada a disponibilização diária de água mineral aos trabalhadores envolvidos na operação, na proporção estimada de:

**2 (duas) a 5 (cinco) garrafas de 500 ml por pessoa/dia**

A medida visa garantir a adequada hidratação das equipes durante a jornada de trabalho, especialmente em atividades realizadas a céu aberto e sob condições climáticas adversas, contribuindo para a saúde, segurança e desempenho operacional dos profissionais.

Considerando o efetivo estimado de 438 (quatrocentos e trinta e oito) trabalhadores por dia, tem-se:

- **Quantidade mínima diária:**

2 unidades × 438 = **876 unidades/dia**

- **Quantidade máxima diária:**

5 unidades × 438 = **2.190 unidades/dia**

Para o período de 33 (trinta e três) dias de evento:

- **Total mínimo:**

876 × 33 = **28.908 unidades**

- **Total máximo:**

2.190 × 33 = **72.270 unidades**

Para fins de planejamento da contratação, foi adotado quantitativo estimado intermediário, conforme planilha consolidada constante deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1** A solução proposta consiste na **contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação**, compreendendo **refeições tipo quentinha (almoço e/ou jantar), lanches e água mineral**, destinados às equipes operacionais da **Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA**, que atuarão durante o evento **“O Maior São João do Mundo 2026”**. A solução ora descrita está em conformidade com as conclusões do Estudo Técnico Preliminar, que subsidiou a definição do modelo de contratação adotado, assegurando aderência aos princípios de eficiência, economicidade e planejamento da contratação pública.

A contratação contempla o **preparo, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos**, observando as normas sanitárias vigentes e garantindo a adequada conservação, qualidade e segurança alimentar dos produtos fornecidos.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, **de acordo com a conveniência e necessidade da Administração**, não havendo obrigação de solicitação ou consumo integral dos quantitativos estimados, os quais constituem mera previsão para fins de planejamento da contratação. As entregas deverão ocorrer nos locais e horários definidos pela Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA, conforme a programação operacional das equipes envolvidas nas atividades de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, fiscalização e coleta seletiva.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

A solução considera todo o **ciclo de vida do objeto**, compreendendo as seguintes etapas:

**a) Preparação dos alimentos**

A empresa contratada será responsável pelo preparo das refeições e lanches em condições adequadas de higiene e segurança alimentar, utilizando ingredientes de qualidade e dentro do prazo de validade, em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

**b) Acondicionamento e conservação**

Os alimentos deverão ser acondicionados em embalagens apropriadas, descartáveis e devidamente vedadas, que garantam a integridade, higiene e conservação da temperatura adequada até o momento da entrega.

**c) Transporte e logística de distribuição**

O transporte dos alimentos deverá ser realizado em condições adequadas, garantindo a manutenção da qualidade dos produtos e observando as normas sanitárias vigentes, devendo a contratada possuir estrutura logística suficiente para atender aos quantitativos e à dinâmica operacional do evento.

**d) Entrega e distribuição**

As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela SESUMA, incluindo os principais polos do evento e demais áreas de atuação das equipes operacionais, respeitando os horários definidos pela Administração e garantindo pontualidade e regularidade no fornecimento.

**e) Fiscalização e controle da execução**

A execução contratual será acompanhada por servidores designados pela Administração, que verificarão conformidade dos produtos fornecidos, a regularidade das entregas e o atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

**3.2 Especificação dos produtos**

A contratação contempla o fornecimento dos seguintes itens:

**Itens 01 – Refeição (almoço/jantar) tipo quentinha**

Refeição contendo, no mínimo: 01 porção de arroz, 01 porção de feijão, 01 porção de macarrão, 01 porção de legumes e verduras (sem maionese), 01 porção de batata ou macaxeira cozida e **02 (duas) opções de proteínas**, dentre as seguintes: carne bovina, frango, peixe ou suína, com **peso mínimo de 700 gramas**, acondicionada em embalagem tipo quentinha com tampa, acompanhada de **refrigerante de no mínimo 200 ml e um doce (paçoca, rapadura, doce em tablete ou similar)**.

**Item 02 – Sanduíche**

Sanduíche contendo **01 carne de hambúrguer, 01 fatia de presunto, 01 fatia de mussarela, 01 folha de alface e**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**01 pão de hambúrguer**, acondicionado em embalagem apropriada, acompanhado de **refrigerante de no mínimo 200 ml**.

**Item 03 – Água mineral sem gás**

Água mineral natural sem gás, acondicionada em **garrafas plásticas descartáveis de 500 ml**, devidamente lacradas de fábrica, contendo rótulo com identificação da origem, composição físico-química, data de envase e prazo de validade, em conformidade com as normas da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**.

Em caso de divergência entre as especificações constantes neste item e aquelas previstas na tabela de itens e quantitativos apresentada no item 1 deste Termo de Referência, prevalecerão as disposições constantes da referida tabela, por refletirem de forma mais detalhada as características técnicas, quantitativos e condições de fornecimento do objeto.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO SUSTENTABILIDADE**

**4.1** A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, em conformidade com as boas práticas de gestão pública e com a legislação ambiental aplicável.

**4.1.1** Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis, tais como:

**4.1.2** Utilização de embalagens adequadas ao acondicionamento de alimentos, preferencialmente recicláveis ou que causem menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável;

**4.1.3** Adoção de boas práticas de manipulação e preparo de alimentos, visando evitar desperdícios e garantir o uso racional de insumos;

**4.1.4** Adoção de práticas adequadas de gerenciamento e descarte de resíduos provenientes da produção e distribuição dos alimentos;

**4.1.5** Cumprimento das normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, bem como demais legislações pertinentes.

**INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELO**

**4.2.** Não se aplica a indicação de marcas, características exclusivas ou modelos específicos na presente contratação, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de refeições prontas, lanches e água mineral, classificados como bens comuns, sendo plenamente possível sua especificação por meio de características de qualidade, composição, acondicionamento e condições de fornecimento, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar e em conformidade com o art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

**DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

**4.3** Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, não haverá exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

**Subcontratação**

Assinado por 1 pessoa: ANURRHHXALOHR155G00UTSAJUNMEIBDQDRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.pb.gov.br/verificacao/0986745CD9203B1905AB> e informe o código: 723516-7453D-3203B-0505AB





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**4.4** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

A vedação fundamenta-se na natureza do objeto contratado, que envolve o **preparo, manipulação, acondicionamento, transporte e distribuição de alimentos**, atividades que demandam controle sanitário rigoroso, responsabilidade técnica e padronização operacional. A vedação à subcontratação encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 2.450/2025 – Plenário, que admite a restrição quando devidamente justificada por razões técnicas, operacionais ou de segurança, como ocorre no presente caso

A execução direta pela contratada é necessária para assegurar:

- o cumprimento das **normas sanitárias aplicáveis à manipulação de alimentos**, especialmente aquelas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- a **manutenção da qualidade, integridade e segurança alimentar** dos produtos fornecidos;
- a **padronização das refeições e lanches distribuídos às equipes operacionais**;
- o **controle logístico e operacional das entregas durante a realização do evento**.

Ademais, considerando que o fornecimento ocorrerá **de forma simultânea em diferentes pontos do Município durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”**, a execução direta pela contratada possibilita **maior controle da fiscalização contratual e redução de riscos sanitários e operacionais**.

Dessa forma, a vedação à subcontratação visa **garantir a qualidade, segurança alimentar e regularidade do fornecimento**, não configurando restrição indevida à competitividade, uma vez que se trata de atividade compatível com a estrutura operacional ordinariamente disponível no mercado para empresas do ramo de alimentação.

## **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**4.5** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **VISTORIA**

**4.6** Não será exigida vistoria prévia para participação no processo licitatório.

No entanto, antes do início da execução contratual, a contratada deverá apresentar à fiscalização designada pela **Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA** as informações necessárias relativas à sua estrutura operacional, incluindo local de preparo dos alimentos, condições de armazenamento, transporte e logística de distribuição, para fins de verificação do atendimento às normas sanitárias e às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

Caso sejam identificadas irregularidades ou inconformidades que comprometam a qualidade ou a segurança alimentar dos produtos fornecidos, a contratada deverá promover as adequações necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sem ônus adicional e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

### **4.6.1 Responsável técnico**

Assinado por 1 pessoa: ANURHEW VILAR IGUES VILAR. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://campinagrande.toboco.com.br/verificacao/9996749CD923B319196AB e informe o código: 723516-749CD-923B3-19196AB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

A contratada deverá possuir responsável técnico habilitado para supervisionar as atividades de preparo, manipulação, acondicionamento e transporte dos alimentos fornecidos no âmbito desta contratação, devendo comprovar, quando solicitado pela fiscalização, sua vinculação ao estabelecimento responsável pela produção das refeições, em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as boas práticas de manipulação de alimentos previstas nas normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1 Condições de execução**

#### **5.1.1 Início da execução**

A execução do objeto deverá ter início em até **05 (cinco) dias úteis** contados a partir da emissão da ordem de fornecimento.

#### **5.1.2 Condição para início da execução**

O início da execução contratual ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, das informações necessárias à verificação de sua **estrutura operacional para preparo, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos**, bem como das condições sanitárias exigidas pela legislação vigente.

Caso sejam identificadas inconformidades em relação às especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou às normas sanitárias aplicáveis, a Contratada deverá promover as adequações necessárias no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### **5.1.3 Dinâmica de execução do fornecimento**

A execução do objeto seguirá a seguinte rotina operacional:

- a) preparo das refeições e lanches em condições adequadas de higiene e segurança alimentar, observando as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) acondicionamento adequado dos alimentos em embalagens apropriadas, garantindo a integridade, higiene e conservação até o momento da entrega;
- c) transporte e entrega dos itens nos locais indicados pela **Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA**, conforme demanda operacional do evento;
- d) fornecimento regular de **refeições tipo quentinha, lanches e água mineral**, de acordo com os quantitativos e cronograma definidos pela Administração;
- e) substituição imediata de quaisquer produtos que apresentem irregularidades quanto à qualidade integridade da embalagem, prazo de validade ou condições sanitárias;
- f) comunicação permanente com a fiscalização designada pela Administração para alinhamento das entregas e atendimento às demandas operacionais do evento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **5.1.4 Transporte e logística de distribuição**

O transporte dos alimentos deverá ser realizado em condições adequadas, garantindo a manutenção da qualidade e da segurança alimentar dos produtos fornecidos, observando as normas sanitárias vigentes e as boas práticas de manipulação e transporte de alimentos.

**5.1.4.1** Os alimentos fornecidos deverão observar condições adequadas de conservação térmica durante o preparo, acondicionamento, transporte e entrega, devendo ser mantidas as seguintes temperaturas mínimas de segurança alimentar:

I – alimentos quentes: temperatura mínima de **60°C (sessenta graus Celsius)** até o momento da entrega;

II – alimentos frios ou refrigerados: temperaturamáxima de **10°C (dez graus Celsius)**.

A contratada deverá adotar procedimentos adequados de acondicionamento e transporte que assegurem a manutenção dessas condições, em conformidade com as boas práticas de manipulação de alimentos previstas na legislação sanitária vigente.

#### **5.1.5 Cronograma de realização do fornecimento**

O fornecimento ocorrerá durante todo o período de realização do evento “**O Maior São João do Mundo 2026**”, estimado em **33 (trinta e três) dias**, conforme programação operacional definida pela Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA.

#### **5.2 Local e horário do fornecimento**

##### **5.2.1 Local**

As entregas deverão ser realizadas nos locais indicados pela Administração, incluindo os principais polos de atuação das equipes operacionais, tais como:

- Parque do Povo;
- Parque Evaldo Cruz;
- Distrito de Galante;
- Distrito de São José da Mata;
- Distrito de Catolé de Boa Vista;

ou em outros pontos do Município de Campina Grande definidos pela **SESUMA**, conforme a necessidade operacional do evento.

##### **5.2.2 Horário**

As entregas deverão ocorrer nos horários previamente definidos pela Administração, de acordo com a programação das equipes operacionais envolvidas nas atividades de limpeza urbana, manutenção de vias públicas, fiscalização e coleta seletiva.

#### **5.3 Rotinas a serem cumpridas**

Assinado por 1 em 05/08/2025 às 14:08:15. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.toboco.com.br/verificacao/73316-743D-92D9-95AB>



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**5.3.1 A execução contratual observará as rotinas operacionais estabelecidas pela SESUMA, especialmente:**

- a) cumprimento dos horários estabelecidos para entrega dos alimentos;
- b) fornecimento dos itens conforme especificações e quantitativos definidos neste Termo de Referência;
- c) garantia da qualidade e segurança alimentar dos produtos fornecidos;
- d) comunicação contínua com a fiscalização designada pela Administração;
- e) substituição imediata de produtos que não atendam às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**5.3.2 Controle e registro das entregas**

Todas as entregas de refeições, lanches e água mineral deverão ser acompanhadas de registro contendo, no mínimo:

- I – data e horário da entrega;
- II – local de entrega;
- III – quantitativo de itens fornecidos;
- IV – identificação do responsável pela entrega por parte da Contratada;
- V – identificação e assinatura do servidor responsável pelo recebimento por parte da Administração.

O referido registro deverá ser apresentado à fiscalização do contrato sempre que solicitado, servindo como instrumento de conferência dos quantitativos fornecidos e de comprovação da execução contratual.

**5.4 Materiais a serem disponibilizados**

A Contratada será responsável por fornecer todos os insumos, utensílios, embalagens e demais materiais necessários ao **preparo, acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos**, garantindo o cumprimento das especificações estabelecidas neste Termo de Referência e das normas sanitárias vigentes.

**5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5.1 O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitação da Administração e de acordo com a programação operacional das equipes da SESUMA.**

**5.5.2 A demanda envolve o fornecimento de refeições tipo quentinha, lanches e água mineral destinados às equipes que atuarão nas atividades operacionais durante o evento.**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**5.5.3 Os quantitativos estimados e os locais de entrega poderão sofrer ajustes conforme as necessidades operacionais da Administração durante a execução do contrato, sem prejuízo do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.**

**5.6 Garantia da contratação**

O prazo de garantia observará o disposto na **Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor)**, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada quanto à qualidade, integridade, validade e adequação dos alimentos fornecidos durante toda a execução contratual.

**5.7 Procedimentos de transição e finalização do contrato**

**5.7.1** Ao término da execução contratual, a Contratada deverá apresentar relatório consolidado contendo as informações relativas ao fornecimento realizado durante o período do evento.

**5.7.2** A Contratada deverá providenciar a finalização de eventuais pendências administrativas relacionadas ao contrato.

**5.7.3 Não há necessidade de procedimentos complexos de transição, considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento temporário de alimentação durante a realização do evento.**

**6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as exigências deste Termo de Referência e com a Lei nº 14.133/2021.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante simples apostilamento.

**6.3.** As comunicações entre o Contratante e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito ou meio eletrônico institucional.

**6.4.** O Contratante poderá convocar o preposto da empresa sempre que necessário à solução de pendências ou adoção de medidas imediatas.

**6.5.** Após a assinatura do contrato, o Contratante poderá convocar a Contratada para reunião inicial, visando apresentação do plano de fiscalização e alinhamento das rotinas operacionais, responsabilidades e indicadores de desempenho.

**Preposto**

**6.6.** A Contratada deverá designar formalmente preposto responsável pela interlocução com o Contratante, antes do início da execução, indicando poderes e responsabilidades.

**6.7.** Não é necessária a permanência de preposto no local da execução. O preposto deverá manter disponibilidade para atendimento imediato via telefone ou e-mail durante toda a jornada contratual.

**6.8.** O Contratante poderá recusar justificadamente o preposto indicado, devendo a Contratada substituí-lo.

**Rotinas de Fiscalização**

Assinado por 1 pessoa: ALDIR GUEDES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campaingrande.pb.gov.br/verificacao/7258567453D92D9B95B5> e informe o código 7258567453D92D9B95B5





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

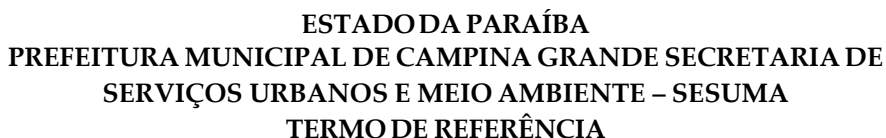
6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(es) técnico(s) e administrativo(s) designados.

**Fiscalização Técnica**

- 6.10. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, verificando o atendimento às especificações dos alimentos fornecidos, condições de acondicionamento, regularidade das entregas, qualidade dos produtos e conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.
- 6.11. O fiscal técnico registrará todas as ocorrências relevantes no histórico de gerenciamento do contrato.
- 6.12. Havendo irregularidades, o fiscal técnico notificará a Contratada, fixando prazo para correção.
- 6.13. Ocorrências que ultrapassem a competência do fiscal serão encaminhadas ao gestor do contrato.
- 6.14. Ocorrências que possam comprometer a execução deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor.
- 6.15. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término da vigência contratual para fins de renovação ou nova contratação.
- 6.16. A fiscalização técnica abrangerá, entre outras rotinas:
- 6.16.1 Verificação da conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à composição, qualidade e apresentação das refeições, lanches e água mineral;
- 6.16.2 Conferência dos quantitativos entregues, de acordo com as solicitações realizadas pela Administração;
- 6.16.3 Verificação das condições de acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, observando as normas sanitárias vigentes e as boas práticas de manipulação de alimentos;
- 6.16.4 Acompanhamento da pontualidade e regularidade das entregas nos locais e horários definidos pela Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA;
- 6.16.5 Registro de ocorrências relacionadas à execução contratual, incluindo eventuais inconformidades na qualidade dos produtos fornecidos ou descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.16.6 Comunicação à contratada para adoção das medidas corretivas necessárias, quando constatadas irregularidades, podendo ser exigida a substituição imediata dos produtos que não atendam às especificações contratadas.

**Gestor do Contrato**

- 6.18. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.18.1 Monitorar o histórico de gerenciamento do contrato e consolidar os registros efetuados pelos fiscais;
- 6.18.2 Analisar os relatórios mensais e verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
- 6.18.3 Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;



- d) a necessidade de revisão ou atualização do documento de riscos, se identificadas novas situações não previstas originalmente.

**7.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção, considerando o fornecimento efetivo dos itens contratados durante o período de execução do contrato, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

- 7.2.** Por se tratar de contratação destinada ao **fornecimento de alimentação**, compreendendo refeições tipo quentinha, lanches e água mineral, não haverá medição por etapas ou cronograma físico-financeiro.

A aferição para fins de pagamento será realizada com base **nos quantitativos efetivamente fornecidos e entregues Administração**, de acordo com as solicitações realizadas pela Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente SESUMA, observadas as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

- 7.3. Será aplicada glosa proporcional na fatura quando for constatado que a Contratada:
- 7.3.1 não forneceu os itens contratados nos quantitativos solicitados pela Administração;
- 7.3.2 deixou de realizar a entrega dos alimentos ou os forneceu em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

7.3.3 entregou produtos com qualidade inferior, em condições inadequadas de acondicionamento, transporte ou conservação, ou em desacordo com as normas sanitárias aplicáveis.

7.4. A utilização dos critérios previstos nesta seção não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação do fornecimento.

7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.5.1 conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à composição, qualidade e apresentação das refeições, lanches e água mineral;

7.5.2 cumprimento dos quantitativos e das solicitações realizadas pela Administração;

7.5.3 observância das condições adequadas de acondicionamento, transporte e entrega dos alimentos, em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis.

#### **Recebimento**

7.6. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo que comprove o cumprimento das exigências técnicas e administrativas do período.

7.6.1 Não se aplica à presente contratação, por não se tratar de obra ou serviço de engenharia.

7.6.2. Para fins de recebimento provisório, considera-se concluído o período de aferição com a entrega dos itens solicitados pela Administração, devidamente acompanhados dos registros ou comprovantes de fornecimento, contendo a discriminação dos quantitativos entregues, datas, locais de entrega e demais informações necessárias à verificação da execução contratual.

7.7. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da fatura acompanhada da documentação comprobatória do fornecimento dos itens contratados.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de faturamento, será considerado o período de fornecimento considerado para o faturamento.

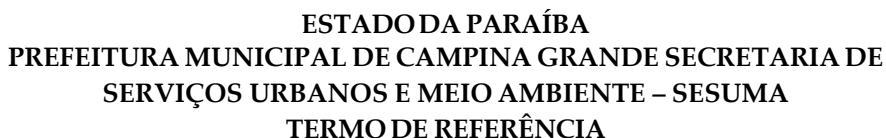
7.12. Ao final do período de aferição do fornecimento:

7.12.1. o fiscal técnico apurará o cumprimento das obrigações contratuais;

7.12.2. o fiscal administrativo verificará a regularidade fiscal e documental.

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO WALDIR GUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.tdo.com.br/verificacao/3886745CD983B996AB> e informe o código 72556-7453D-92DE-B6AB





**7.20.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade ou à adequada disponibilização de fornecimento, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela qualidade, segurança e adequação dos itens fornecidos, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I – o prazo de validade;

II – a data da emissão;

III – os dados do contrato e do órgão contratante;

IV – o período respectivo de execução do contrato;

V – o valor a pagar; e

VI – eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou mediante a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, bem como identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratação com a Administração Pública ou ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

- o fornecimento dos itens ocorre de forma parcelada, conforme demanda da Administração;
- o objeto admite aferição mediante conferência dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Assim, o pagamento posterior ao fornecimento atende ao princípio da supremacia do interesse público e da segurança da despesa.

#### **Reoneração gradual da folha de pagamento**

7.40. Não se aplica. O regime de reoneração previsto na Lei nº 12.546/2011 (com alterações da Lei nº 14.973/2024) refere-se à alteração de alíquotas de contribuição previdenciária sobre a receita bruta.

Entretanto:

- o contrato não é estruturado por planilha de custos com detalhamento de encargos sociais nos moldes da IN 05/2017;
- trata-se de contratação por lote;
- os riscos tributários ordinários integram a proposta da contratada;
- eventual alteração tributária geral será tratada, se for o caso, pelo instituto da revisão contratual (art. 124, II, “d”, Lei nº 14.133/2021).

A criação de cláusula específica para reoneração somente é tecnicamente recomendável em contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, o que não é o caso.

#### **Repactuação**

7.41. Não se aplica repactuação ao presente contrato, por não envolver dedicação exclusiva de mão de obra.

#### **Reajuste**

7.42. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.43. Não se aplica sistemática vinculada a planilhas referenciais de obras ou serviços de engenharia.

7.44. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do Contratado, os preços serão reajustados mediante aplicação do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.45. Para fins de reajuste, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado da data do orçamento estimado da contratação, observado o disposto na legislação vigente.

7.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será utilizada, provisoriamente, última variação conhecida, promovendo-se a compensação da diferença correspondente quando da divulgação do índice definitivo.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para fins de reajuste será, obrigatoriamente, o índice definitivo.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

7.49. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.50. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**Cessão de Crédito**

7.51. Ascessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.51.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.51.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.51.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.51.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.52. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito regidas por norma específica.

**Conta-Depósito Vinculada**

7.53. Não se aplica à presente contratação, por não envolver dedicação exclusiva de mão de obra.

**Pagamento pelo Fato Gerador**

7.54. Não se aplica à presente contratação.

**8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos;





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **8.2. Sanções**

**8.2.1.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **8.3. Advertência**

**8.3.1.** A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 8.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

## **8.4. Multa**

**8.4.1. Multa moratória:** 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela do fornecimento, limitada a 10% (dez por cento).

**8.4.2. Multa compensatória:**

I - 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do fornecimento, em caso de inexecução parcial;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;

III - até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de descumprimento de obrigações





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

contratuais que não configurem inexecução total.

8.4.3. A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções.

**8.5. Impedimento de Licitar e Contratar**

8.5.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 8.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**8.6. Declaração de Inidoneidade**

8.6.1. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 8.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II e III do mesmo item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**8.7. Dosimetria**

8.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.8. Processo Administrativo**

8.8.1. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

8.8.3. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

**8.9. Desconsideração da Personalidade Jurídica**

Assinado por 1 pessoa: ANUNIRREHVALOHAR19SG9JUTSA JANIE1EADRIQUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.toboc.com.br/verificacao/79886745CD921B19196AB> e informe o código: 72316-7453D-921B-1919-6AB





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

8.9.1. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, aplicando-se os efeitos das sanções à pessoa jurídica controladora, controlada ou coligada, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

**8.10. Registro das Sanções**

8.10.1. As sanções aplicadas serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como nos demais sistemas cadastrais pertinentes.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE E ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se pela necessidade de garantir padronização logística e operacional no fornecimento dos itens, bem como assegurar maior eficiência na gestão contratual durante a realização do evento.

9.2. A adjudicação ocorrerá por lote e item, sendo permitida a participação dos licitantes em um ou mais lotes, conforme seu interesse e capacidade de fornecimento.

**Regime de Execução**

9.3. O regime de execução do contrato será o de **fornecimento parcelado**, conforme demanda da Administração, mediante solicitação da **Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA**, durante o período de realização do evento **“O Maior São João do Mundo 2026”**.

**Critérios de aceitabilidade de preços**

9.4. O critério de aceitabilidade de preços será baseado **nos valores estimados da contratação**, definidos a partir de pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os **valores unitários e o valor global estimado** conforme orçamento elaborado pela Administração.

9.4.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado, planilha de composição de preços contendo a discriminação dos custos que compõem o valor global ofertado, para fins de análise de exequibilidade.

9.4.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Exigências de habilitação Habilitação jurídica**

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO ALVARO DE OLIVEIRA JUNIOR. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.tdooc.com.br/verificacao/9386745CD983B3936AB> e informe o código 72516-7453D-320E-5DAB



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 9.10. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade empresária, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, pertinente ao ramo de atividade.
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

**Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 9.20. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a (um), obtidos mediante aplicação das seguintes fórmulas:

Assinado por: ANDRÉ LUIZ VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.tbcc.com.br/verificacao/3836743D-920B-9DAB> e informe o código 7355-743D-920B-9DAB





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

9.21. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices exigidos, será requerido patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **Qualificação Técnica**

9.22. Comprovação de aptidão para fornecimento de alimentação compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.22.1. Os atestados deverão referir-se a fornecimento no âmbito da atividade econômica principal ou secundária do fornecedor.

9.22.2. Será admitido o somatório de diferentes atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional.

9.22.3. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, quando solicitado pela Administração.

9.22.4. Para fins de comprovação das condições sanitárias necessárias à execução do objeto, o licitante deverá apresentar **Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente**, expedido pela autoridade competente da Vigilância

Sanitária municipal ou estadual, referente ao estabelecimento responsável pelo preparo e manipulação dos alimentos.

9.22.5. A Administração poderá solicitar, sempre que necessário, documentos complementares que comprovem o cumprimento das normas sanitárias aplicáveis à manipulação, preparo, armazenamento, transporte e distribuição de alimentos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais legislações pertinentes.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, em nome da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, somente possam ser emitidos em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com diferenças quanto ao CND e CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O valor de referência corresponde à **R\$ 336.934,62 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL E NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1**. A estimativa do valor da contratação foi definida a partir de levantamento de preços realizado através do Banco de Preços e fornecedores locais, em consonância com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que estabelece





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

diretrizes para pesquisas de preços na Administração Pública.

11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

11.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente
- II) Fonte de Recursos: 15001000
- III) Programa de Trabalho: 18.452.1031-2120
- IV) Elemento de Despesa: 3390.39

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**ANEXO I**

A análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e propor medidas preventivas ou mitigadoras para eventos que possam impactar negativamente a execução do objeto da contratação, garantindo maior segurança, eficiência e continuidade na prestação dos serviços.

Considerando que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de refeições, lanches e água mineral para atendimento às equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”, foram identificados riscos potenciais relacionados à logística de fornecimento, à qualidade dos alimentos e à regularidade das entregas.

A identificação e avaliação desses riscos possibilita à Administração adotar mecanismos preventivos, bem como estabelecer medidas de controle que contribuam para assegurar a adequada execução do contrato.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir a matriz de riscos associada à presente contratação.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE**  
**SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS
ATRASO NA ENTREGA DAS REFEIÇÕES OU LANCHES	MÉDIA	ALTO	COMPROMETIMENTO DA ALIMENTAÇÃO DAS EQUIPES E INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	ESTABELECER CRONOGRAMA DE ENTREGA NO CONTRATO; EXIGIR ESTRUTURA LOGÍSTICA ADEQUADA DA CONTRATADA; FISCALIZAÇÃO PERMANENTE DA EXECUÇÃO
FORNECIMENTO DE ALIMENTOS DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES	BAIXA	ALTO	INSATISFAÇÃO DAS EQUIPES E POSSÍVEL PREJUÍZO À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	DEFINIÇÃO CLARAS DAS ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA; FISCALIZAÇÃO E POSSIBILIDADE DE REJEIÇÃO DO ITEM
PROBLEMAS SANITÁRIOS OU CONTAMINAÇÃO DOS ALIMENTOS	BAIXA	ALTO	RISCO À SAÚDE DOS TRABALHADORES E INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO	EXIGIR CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA; EXIGIR BOAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS
FALHA LOGÍSTICA NA DISTRIBUIÇÃO NOS POLOS DO EVENTO	MÉDIA	MÉDIO	ATRASOS OU DIFICULDADE DE ATENDIMENTO ÀS EQUIPES E CAMPO	PLANEJAMENTO PRÉVIO DA LOGÍSTICA DE ENTREGA; DEFINIÇÃO CLARA DOS LOCAIS E HORÁRIOS DE FORNECIMENTO
QUANTITATIVO INSUFICIENTE DE REFEIÇÕES OU ÁGUA MINERAL	BAIXA	MÉDIO	INSUFICIÊNCIA NO ATENDIMENTO ÀS EQUIPES OPERACIONAIS	PLANEJAMENTO ADEQUADO DOS QUANTITATIVOS DE ACOMPANHAMENTO DO DIÁRIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL
INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DURANTE O EVENTO	BAIXA	ALTO	COMPROMETIMENTO DA OPERAÇÃO DE LIMPEZA URBANA E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	PREVISÃO CONTRATUAL DE PENALIDADES; ACOMPANHAMENTO PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A adoção das medidas preventivas descritas na matriz de riscos permitirá à Administração reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos identificados, bem como minimizar seus impactos caso venham a ocorrer.

Destaca-se que a fiscalização contratual terá papel fundamental no acompanhamento da execução do objeto,





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE SECRETARIA DE  
SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA  
TERMO DE REFERÊNCIA

garantindo que o fornecimento das refeições, lanches e água mineral ocorra em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e com as necessidades operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA durante todo o período de realização do evento.

Assim, conclui-se que os riscos identificados são **gerenciáveis e passíveis de mitigação por meio de planejamento adequado, definição clara das obrigações contratuais e acompanhamento permanente da execução do contrato**, não representando impedimento para a realização da contratação.

ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA  
*Assessora Técnica*  
SESUMA/PMCG

*Campina Grande, data da assinatura eletrônica.*

Assinado por 1 pessoa: ANDRÉA DÓRIA DE SOUZA ALMEIDA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://campinagrande.pb.gov.br/portal/verificacao/9886745CD920B919DAB> e informe o código 72516-745CD-920B9-19DAB





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 735E-7A9C-921E-DDEB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREA DORIA DE SOUSA ALMEIDA (CPF 020.XXX.XXX-21) em 11/05/2026 16:54:30 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANDREA DORIA DE SOUSA ALMEIDA (CPF 020.XXX.XXX-21) em 11/05/2026 16:57:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/735E-7A9C-921E-DDEB>



# **APÊNDICE DO ANEXO I– PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
01	REFEIÇÃO (ALMOÇO/JANTAR) - CONTENDO: 01 PORÇÃO DE FEIJÃO, 01 PORÇÃO DE ARROZ, 01 PORÇÃO DE MACARRÃO, 01 PORÇÃO DE LEGUMES OU VERDURAS (SEM MAIONESE), 01 PORÇÃO DE BATATA OU MACAXEIRA (COZIDA) COM 02 TIPOS DE PROTEÍNAS DENTRE AS SEGUINTE OPÇÕES: CARNE BOVINA (GUISADA/MOÍDA OU ASSADO), FRANGO (GUISADO OU ASSADO), PEIXE (COZINHADO OU FRITO), SUÍNO (CARRÉ), COM PESO MÍNIMO DE 700 GRAMAS. EMBALAGEM TIPO: QUENTINHA COM TAMPA, Nº8. COM TALHERES. ENTREGA PARCELADA, DE ACORDO COM O PEDIDO SOLICITADO. ACOMPANHADO DE REFRIGERANTE COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA, LIMÃO OU GUARANÁ COM NO	3697	UND	12.276	R\$ 19,96	R\$ 245.028,96
02	MINIMO 200 ML E UM DOCE (PAÇOCA, RAPADURA, DOCE EM TABLETE OU SIMILAR). SANDUÍCHE - CONTENDO 01 CARNE DE HAMBÚRGUER, 01 FATIA DE PRESUNTO, 01 FATIA DE MUSSARELA, 01 FOLHA DE ALFACE, 01 PÃO DE HAMBÚRGUER. EMBALAGEM COM MATERIAL, TIPO: ISOPOR. ACOMPANHADO DE REFRIGERANTE - COMPOSTO DE EXTRATO DE COLA/LIMÃO/LARANJA/GUARANÁ/UVA, ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, PERMITIDO ADIÇÃO DE CARAMELO E DE ESSÊNCIAS, ISENTOS DE CORANTE ARTIFICIAIS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 08 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS ACONDICIONADA EM GARRAFA PET	22403	UND	2.277	R\$ 15,22	R\$ 34.655,94
DE, NO MÍNIMO, 200 ML.						

**VALOR TOTAL: R\$ 279.684,90 (DUZENTOS E SETENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**

ITEM

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
03	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS DE 500 ML, DEVIDAMENTE LACRADAS DE FÁBRICA, CONTENDO RÓTULO COM IDENTIFICAÇÃO DA ORIGEM, COMPOSIÇÃO FÍSICO-QUÍMICA, DATA DE ENVASE E PRAZO DE VALIDADE, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.	445496	UND	46.926	R\$ 1,22	R\$ 57.249,72
<b>VALOR TOTAL: R\$ 57.249,72 (CINQUENTA E SETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS)</b>						

- VALOR TOTAL GLOBAL: R\$ 336.934,62 (TREZENTOS E TRINTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).**

Campina Grande, Paraíba | data da assinatura eletrônica.

**LUIZ MATHEUS DA CUNHA DANTAS**  
*Assessor Técnico*





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

# APÊNDICE DO ANEXO I- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2.14.01.2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 582/2026

SESSÃO PÚBLICA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, ÀS \_\_\_\_H.\_\_\_\_MIN. (\_\_\_\_) HORAS.

LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS: MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – PB.

Atenção: A planilha deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa participante do processo licitatório, bem como, conter carimbo e assinatura do responsável.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
CONTATO TELEFÔNICO:						
BANCO:			CONTA BANCÁRIA:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	UND	VLR UND	VLR TOTAL
					R\$	R\$
TOTAL POR EXTENSO: R\$						

A EMPRESA (identificar a empresa) DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DO ENVIO.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

- 4 QUE NÃO POSSUI COMO SÓCIO, GERENTE E DIRETORES, SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE - PB, E AINDA CÔNJUGE, COMPANHEIRO OU PARENTE ATÉ TERCEIRO GRAU.
- 5 QUE O PRAZO PARA ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE FORNECIMENTO OU DOCUMENTO SIMILAR, NAS DIRETORIAS DE LOGÍSTICA E ABASTECIMENTOS DAS SECRETARIAS REQUISITANTES, ONDE TODOS OS ITENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO POR NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DISCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA OU DE MÁ QUALIDADE.

**Atenção:** As empresas devem encaminhar suas propostas atentando-se para evitar a apresentação de cotações que contenham preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, conforme estabelecido na legislação em vigor. Além disso, é crucial que as propostas não ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes. É importante ressaltar que, sob pena de desclassificação, serão rejeitadas as propostas que não estejam em conformidade com essas diretrizes.

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL





ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE

# ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Assinado por 1 pessoa: DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE> e informe o código C336-4F2D-2039-95AE



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇO– LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 582/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.,  
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE  
CAMPINA GRANDE, POR  
INTERMÉDIO DO (A)

..... E  
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, com sede à Rua Vigolvinho Vanderlei, nº 535, Bairro Conceição, Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.993.917/0001- 46, neste ato representado(a) pelo Secretário, Dorgival Harisson Trajano Rodrigues Vilar e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no Decreto nº 4.751, de 18 de abril de 2023, Portaria de Penalidades SAD nº 254/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 9.14.01/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO (REFEIÇÕES TIPO QUENTINHA, LANCHES E ÁGUA MINERAL) DESTINADAS ÀS EQUIPES OPERACIONAIS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE – SESUMA DURANTE O EVENTO O MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO 2026, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 A vigência do contrato perdurará pelo período necessário à execução integral do objeto contratado, compreendendo o fornecimento dos itens durante o período de realização do evento e as providências administrativas necessárias ao encerramento da execução contratual. O presente contrato caracteriza-se como contratação por escopo, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, tendo por objeto o fornecimento de refeições, lanches e água mineral destinados às equipes operacionais da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente – SESUMA, durante a realização do evento “O Maior São João do Mundo 2026”, perdurando sua vigência pelo período necessário à execução integral do objeto, compreendendo o fornecimento dos itens e as providências administrativas necessárias ao encerramento da execução contratual, de acordo com o Termo de Referência.

Para fins de planejamento administrativo, estima-se que a execução do objeto ocorra entre os dias 03 de junho e 05 de julho de 2026, podendo a vigência estender-se pelo tempo necessário à conclusão das obrigações contratuais e à finalização dos procedimentos de fiscalização, recebimento e pagamento.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**  
**([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento parcelado e sob demanda de refeições, lanches e água mineral, conforme necessidades da CONTRATANTE, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência

3.2. A gestão e fiscalização contratual serão exercidas pela CONTRATANTE, nos termos dos arts. 117 a 119 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A medição do fornecimento, para fins de pagamento, será realizada com base na quantidade efetivamente fornecida e devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

3.4. Os prazos, locais de entrega, condições de fornecimento e demais especificações encontram-se detalhados no Termo de Referência, que integra este contrato para todos os fins.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor total da contratação é de R\$. ()

5.2 No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis durante toda a vigência contratual, considerando a natureza da contratação por escopo e a execução prevista em período inferior a 12 (doze) meses.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** ([art. 92, X, XI e XIV](#))

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar a respectiva Secretaria para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.10.1. A Administração terá o prazo de (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Preparar, acondicionar, transportar e entregar as refeições, lanches e água mineral em condições adequadas de higiene, conservação e segurança alimentar.

9.2.1 Garantir que os alimentos fornecidos estejam dentro dos padrões sanitários exigidos pela legislação vigente.

9.2.2. Substituir imediatamente qualquer item que apresente desconformidade quanto à qualidade, quantidade ou condições de consumo.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade do Sistema de cadastros



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.





**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG  
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1 As sanções de que trata este Edital são aquelas descritas nos artigos 155 a 163, da LEI Nº. 14.133/2021, bem como na forma prevista na PORTARIA DE PENALIDADES SAD Nº 254/2024, a qual encontra-se acessível através do link [[cdc.campinagran.de](https://cdc.campinagran.de)].

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 O contrato extingue-se com a conclusão do objeto e o cumprimento integral das obrigações das partes, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral de seu objeto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção contratual, sempre que possível, será precedido de:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.2

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Campina Grande – Paraíba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

**Dorgival Harisson Trajano Rodrigues Vilar**

*Secretário de Serviços Urbanos e Meio Ambiente*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE – PMCG**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIOAMBIENTE**

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2-



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C336-4F2D-2039-95AE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DORGIVAL HARISSON TRAJANO RODRIGUES VILAR (CPF 012.XXX.XXX-70) em 12/05/2026

20:04:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campinagrande.1doc.com.br/verificacao/C336-4F2D-2039-95AE>